

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Celorico da Beira
Rua Sacadura Cabral, nº 39
6360-350 Celorico da Beira
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

8.1.2 - Legislação

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais). O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.º 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município. Os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art. 52º da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

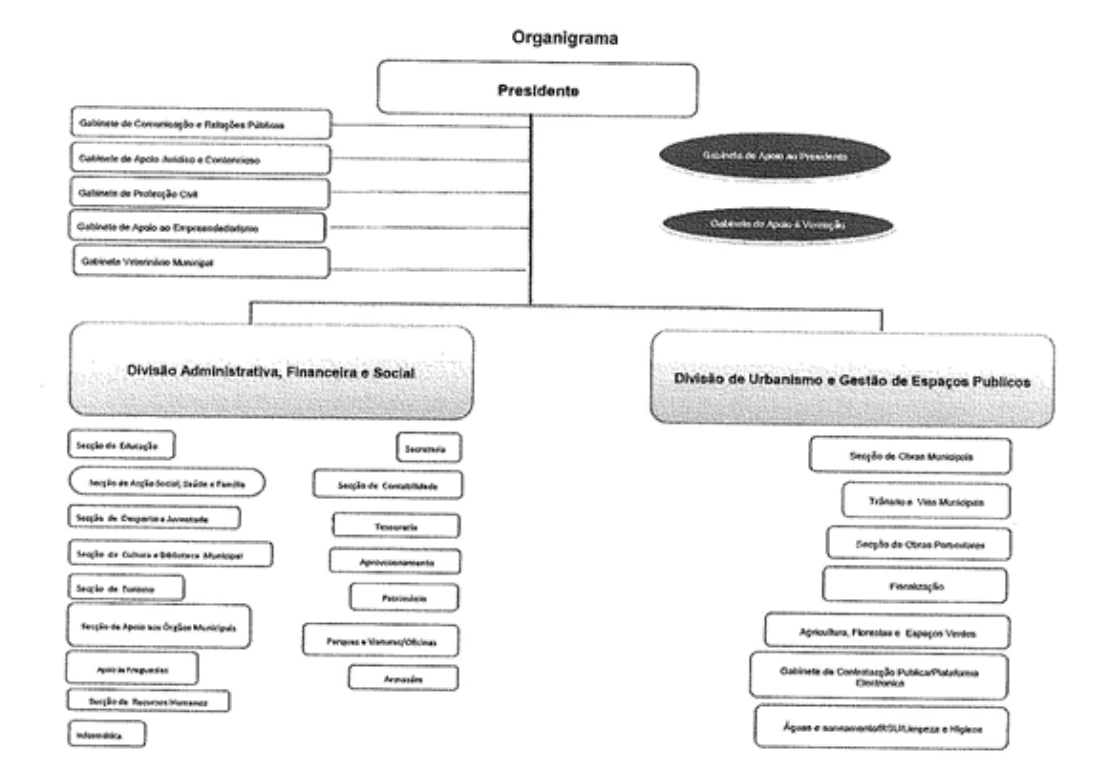
Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva

O aviso n.º 9 (2ª série) de 14 de Janeiro 2013, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Celorico da Beira, bem como os princípios que os regem e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objetivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.



8.1.4 - Descrição sumária das atividades

O objetivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

8.1.5 - Recursos humanos

Os responsáveis pela gerência em análise são:

Nome	Função	Período de responsabilidade
Carlos Manuel da Fonseca Ascensão	Presidente	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
António Graça Silva	Vice-Presidente	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
Bruno Alexandre Castro Almeida	Vereador	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
José Albano Pereira Marques	Vereador	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
Júlio Manuel dos Santos	Vereador	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

8.1.6 - Organização Contabilística

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Gestão de Água (SGA), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Direta (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

8.1.7 - Outra informação relevante

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as contas do exercício de 2018, a análise de um auditor externo. Com a publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), houve várias alterações no modo de funcionamento do Município, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como na regularização de pagamentos em atraso.

No seguimento da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a Assembleia Municipal declarou essa mesma situação nos termos da Lei das Finanças Locais em 2012, tendo sido apresentada simultaneamente uma candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). O Município foi, entretanto, obrigado a aderir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL, que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas deveriam então ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, que aprovada pela respetiva Comissão Executiva a 01-09-2015. No entanto de acordo com os dados financeiros de 2015 e 2016, o Município de Celorico da Beira já não se encontrava em situação de rutura financeira prevista no n.º 2 do artigo 61.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que significa que já não estava em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira ao abrigo do Fundo

de Apoio Municipal (FAM), pelo que se requereu uma suspensão da adesão ao FAM. O Município esteve apenas obrigado a aderir ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido aprovado a 14-09-2017 pela Assembleia Municipal, um plano de saneamento financeiro que previa a contratualização de três empréstimos para liquidação de dívida em atraso, tendo os mesmos sido visados pelo Tribunal de Contas a 07-06-2018. Os financiamentos utilizados no valor global de 11.530.422,20€, visaram a liquidação de dívidas em atraso, cujos valores foram pagos na sua quase totalidade em 2018. Cerca de 20.000€ em dívidas a fornecedores foram depositados na conta de operações de tesouraria, dado não se ter conseguido entrar em contacto com as respetivas entidades para um pagamento ainda em 2018, situação que se espera resolver em 2019.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

Não Aplicável.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As contas 22 e 23 do balanço refletem a utilização em 2018 dos empréstimos de saneamento financeiro no valor global de 11.530.422,20€, que substituíram dívida a fornecedores por dívida a instituições de crédito.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2018. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

Investimentos Financeiros

A participação na “WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.”, bem como a participação na “Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos S.A.”, estão contabilizadas pelo custo.

Imobilizações corpóreas

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento em que se encontram em condições de utilização.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

De acordo com o princípio da especialização do exercício:

- 1) São contabilizados como custo do exercício:
 - As remunerações a liquidar em 2019 que refletem custos do exercício de 2018 (valor calculado mediante previsão);
 - Outros custos como consumos de comunicações, seguros, luz e gás e custos de natureza financeira a reconhecer no exercício.
- 2) Como proveitos a ser reconhecidos no exercício, temos os subsídios para investimentos, associados a ativos depreciables que são movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 - «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital» à medida que vão sendo contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.
- 3) São registados como “Acréscimo de Proveitos” as estimativas de rendimentos a obter em 2019, mas cuja origem reporta a 2018 relativa a impostos como o “IMI”, “Derrama”, “IMT”, “IUC” e participação no “IRS”.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A classificação em balanço encontra-se efetuada de acordo com o prazo de vencimentos das dívidas ativas e passivas, isto é, no curto prazo para todas as situações que se vencem dentro dos meses seguintes após a data de balanço e, no médio e longo prazo, para todas as situações de dívidas ativas e passivas que se vençam a mais de 12 meses após a data de balanço.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias com base na moeda em curso legal, o Euro.

Existências

As existências são registadas a custo de aquisição que considera o respetivo preço de compra e os gastos suportados direta e indiretamente para colocação do bem no seu estado atual e no local de armazenagem.

Quanto ao método de custeio das saídas de armazém, é adotado o custo médio ponderado.

Provisões de Cobrança duvidosa, de investimentos financeiros e processos judiciais em curso

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este é objeto da correspondente redução.

A constituição de provisões para processos judiciais em curso é resultado da obtenção da informação jurídica onde se afere que a probabilidade de o Município poder incorrer em encargos é maior do que a probabilidade de não incorrer. Deste modo, e utilizando um critério de prudência, encontram-se registadas provisões pelos montantes expetáveis das situações que se espera que possam gerar responsabilidades.

Capital próprio

As rubricas de capital próprio correspondem ao património, reservas legais constituídas nos termos das regras do POCAL, subsídios obtidos destinados a ativos não depreciáveis e resultados transitados que acumulam os prejuízos e correções não frequentes de grande significado. Os movimentos ocorridos nestas rubricas obedecem às regras do POCAL e, no caso dos resultados líquidos do exercício, são submetidos a sufrágio pela Assembleia Municipal.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

Encontram-se na tesouraria 65.761 yenes, resultantes de uma viagem ao Japão por parte de um membro do Executivo em abril de 2017, cuja cotação a 31-12-2018 era de 0,007942€ por cada yene. O valor em moeda estrangeira correspondia assim no final do ano a 522,27€.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

Nada a referir.

Por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas;

Nada a referir.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao activo.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A conta “431 – Despesas de Instalação” regista valores relativos a projetos para a realização de obras.

8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Imobilizado Bruto

(Ver mapa em anexo)

Amortizações

(Ver mapa anexo)

8.2.8 - Cadastro do Imobilizado

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto. O inventário de património constitui também o processo de prestação de contas.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não Aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não Aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não Aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no POCAL.

Não Aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Encontra-se na Secção de Património uma listagem dos bens que se encontram em propriedade alheia.

Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Nada a referir.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

A relação dos eventuais bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património da autarquia. A não valorização prende-se com a necessidade de que alguns bens não terem registo histórico o que dificulta a sua correta avaliação, bem como da necessidade de se criar uma comissão de avaliação para avaliar esses mesmos bens, que ainda não foi constituída.

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

8.2.16 - Designação das entidades participadas

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Res. Líquido	Ano
WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Tamengos	0,18%	388.886€	-251.951,85€	2017
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundão	1,95%	15.433.934€	159.943€	2018

Foi contabilizada em 2018 uma participação na empresa “RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.”, tendo em consideração uma recomendação da IGF no seu relatório nº 2175/2015, em que o reconhecimento dos investimentos financeiros deve ocorrer pela sua subscrição conforme o disposto no POCAL. O capital desta entidade estava subscrito mas não realizado pelo Município. Em relação à WRC não foram ainda disponibilizadas as contas relativas a 2018, pelo que são apresentados os valores relativos a 2017.

8.2.17 - "Títulos negociáveis"

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"

Não Aplicável.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não Aplicável.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não Aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2018 ascende 49.893,14€, relativa a clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Existem valores relativos a férias e subsídios de férias no valor de 546.754,19€ que já inclui os encargos sociais, devidos a 31-12-2018 que só serão pagos em 2019, estando os devidos valores contabilizados na conta 2732.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Existia à data de 31-12-2018, uma dívida à ADSE no montante de 492.101,97€, estando em vigor um plano de pagamentos acordado em 2015.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa das contas de ordem anexo)

Existem garantias prestadas pelo Município a diversas entidades na CGD no valor global de 344.623,75€ que dada a antiguidade, não nos é possível à presente data aferir a origem das mesmas, sendo que estão previstas serem finalizadas em 2019.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Contas		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-			-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	45.503,39	1.969,32		47.472,71
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.427.239,59	808.881,67	1.737.831,94	498.289,32
39	Provisões para Depreciação de Existências	-			-
49	Provisões para Investimentos Financeiros	1.000,00			1.000,00

Foram efetuados ajustes nas provisões para cobranças duvidosas tendo em conta a antiguidade dos saldos.

As provisões para riscos e encargos foram reforçadas tendo em consideração valores do IMI que ainda faltava contabilizar a restituição em 2018, bem como por faturas emitidas pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira o Município, mas que o Município entende que as mesmas deverão ser emitidas à empresa Águas do Vale do Tejo S.A.. Também foi eliminada uma provisão no valor de 1.030.054,17€ relativa a potenciais juros a suportar com a CGD, mas que cuja situação ficou regularizada com o pagamento das dívidas à entidade bancária no âmbito do saneamento financeiro.

No que diz respeito a provisões para processos judiciais, durante o ano de 2018 foi criada uma provisão no valor de 751.818,10 relativa a eventuais juros a suportar com um processo judicial com a empresa “MRG – Engenharia e Construção S. A.”, cujo processo ficou resolvido através do pagamento da dívida com o saneamento financeiro, tendo a respetiva provisão sido posteriormente anulada, tendo sido feitos igualmente ajustamentos das provisões relativas a outros processos judiciais em curso.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património	16.306.961,20			16.306.961,20
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00			0,00
Reservas Legais	5.645,16			5.645,16
Subsídios	504.885,72			504.885,72
Resultados Transitados	-558.202,03	984.484,24		426.282,21
Total	16.259.290,05	984.484,24	-	17.243.774,29

A conta “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido de 2017, ficando esta conta com um saldo positivo.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver mapa anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver mapa anexo)

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver mapa anexo)

8.3.33 – Outra Informação Relevante

Nada a referir.

BALANÇO

Ativo

A rubrica “271 – Acréscimos de proveitos” regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2018. Encontram-se especializadas as receitas relativas a água, parques eólicos e impostos.

A rubrica “4113 – Investimentos financeiros – Empresas privadas ou cooperativas” foi movimentada pela contabilização da participação financeira na empresa “RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A”.

A rubrica “4122 – Investimentos Financeiros – Fundo de Apoio Municipal”, contém um saldo relativo à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal cujo valor inicial era de 452.198,52€. Este valor foi entretanto reduzido no decorrer de 2018 tendo em conta a redução do capital a realizar deste fundo em 161.498,52€ nos termos do art. 303º da Lei nº 114/2017, ficando o valor final do investimento em 290.700€.

Passivo

O Balanço distingue os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo, sempre que seja necessário.

A conta “23129 – Empréstimos M/L – Dívida Curto Prazo” reflete os empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano de 2019.

A conta “268126 – Devedores e Credores Diversos – Fundo de Apoio Municipal”, foi movimentada nos saldos iniciais pelo valor da participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, no valor global de 258.398,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com

a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, estando o valor inicialmente separado pela parte a contribuir no curto prazo, da de médio e longo prazo. Esta conta no entanto foi movimentada em contrapartida da conta “4122 – Investimentos financeiros” tendo em conta o acerto do valor do capital a subscrever nos termos da Lei nº 114/2017, sendo que o saldo final é de apenas 48.450€, sendo 16.150€ dívida de médio e longo prazo e 32.300€ de curto prazo.

A conta “26896 – Utilização de Operações de Tesouraria” refletia o saldo em falta nas contas de operações de tesouraria (OT's), tendo em conta penhoras de saldos por via judicial na conta bancária de OT's efetuados entre os anos de 2009 e 2011. Tendo em consideração que foram detetados saldos errados em diversas contas de OT's no balanço, sendo que a maior parte era proveniente dos saldos iniciais em 2002, procedeu-se à anulação desses mesmos saldos por contrapartida do saldo desta conta, conforme o despacho dado na informação interna nº 2026 de 2018. O valor desta conta foi regularizado pelo valor de 214.265,58€.

A rubrica “2179 – Outros acréscimos de proveitos” registou a especialização da receita a receber em 2019 mas referente a 2018 relativa a rendas, alugueres, água, saneamento e parques eólicos. Registou também a especialização do valor de 240.566,93€ relativo a rendas de anos anteriores, recebido em 2019, pela utilização de equipamentos para distribuição de água em alta e pago pela empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”.

A rubrica “273 – Acréscimos de custos” regista o valor da estimativa das Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Sociais do exercício de 2018 a pagar no ano seguinte.

Fundos Próprios

A rubrica “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Na conta “67 – Provisões do exercício” está refletido o valor de provisões do ano relativas a cobranças duvidosas, bem como uma provisão no valor de 751.818,10 relativa a um processo judicial já identificado anteriormente neste anexo.

Na conta “69 – Custos e perdas extraordinários” estão contabilizados acertos relativos a anos anteriores e regularizações de acréscimos de proveitos.

PROVEITOS E GANHOS

Na Conta “721 – Impostos diretos” são registados os proveitos provenientes dos impostos municipais (IMI, IUC, IMT e Derrama), sendo que 2018 houve uma grande redução do IMI face a 2017 (139.130,03€), tendo em consideração as devoluções que o Município foi obrigado a efetuar de IMI cobrado entre 2013 e 2016, às empresas que exploram os parques eólicos no concelho. As empresas colocaram processos judiciais à Autoridade Tributária (AT), questionando a legalidade da cobrança do IMI sobre as infraestruturas onde estão assentes a ventoinhas, e o Tribunal Central Administrativo do Sul confirmou as sentenças das instâncias inferiores que eram favoráveis às empresas. Assim a AT deixou de cobrar em 2018 o IMI de 2017 a estas empresas, para além de que reteve as receitas de IMI do Município para poder proceder à devolução dos valores cobrados em anos anteriores num montante de cerca de 244.000€, se forem contabilizadas as restituições também efetuadas em 2019. O Município procedeu ao registo contabilístico ainda em 2018 da receita e respetiva restituição de IMI nos montantes que o orçamento do Município permitia (214.000), tendo ainda ficado por registar cerca de 30.000€ que foram provisionados na conta “2928 – Outros riscos e encargos”.

Na conta “75 – Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração direta da Câmara Municipal.

Na conta “79 – Proveitos e ganhos extraordinários” estão contabilizadas as reduções de provisões, diversas correções aos saldos onde se inclui acertos aos saldos de operações de tesouraria, acréscimos de proveitos resultantes da especialização de receitas obtidas apenas em 2019 e subsídios ao investimento de anos anteriores.

Na conta “88 – Resultado líquido do exercício”, está refletido o valor de 2.059.195,97€ que resulta da diferença entre os custos e os proveitos do ano de 2018, pelo que o montante em causa deverá ser aplicado na conta 59 em 2019, conforme o disposto no relatório de gestão.